

Resenhas

TEBEROSKY, Ana; et al. *Compreensão da leitura: a língua como procedimento*; trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Resenhado por Cristiane Malinoski Pianaro ANGELO
(Universidade Estadual de Maringá)

Ensino de leitura: questão de receita ou concepção?

Desde a década de oitenta, quando a concepção construtivista começou a fazer parte dos ambientes educacionais, houve um redimensionamento no modo de pensar o processo de ensino e aprendizagem. O modelo tradicional que enfatiza a acumulação passiva de conhecimentos passa a ser substituído, pelo menos em teoria, por um modelo que enfatiza a ação, a interação e a produção.

As práticas pedagógicas construtivistas, conforme ressaltam Isabel Solé e César Coll em “O construtivismo na sala de aula” (Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 1999), são norteadas por um conjunto articulado de princípios, parâmetros e diretrizes fundamentados nas teorias psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem que defendem que o aluno exerce o papel principal no processo de ensino-aprendizagem e é o construtor ativo do seu próprio conhecimento. Isto implica que o professor não seja mais reconhecido como transmissor de conhecimentos, mas como aquele que estimula a autonomia do aluno e cria as oportunidades de descoberta.

RESENHAS

Ao assumir o modelo construtivista, muda-se a concepção acerca da leitura e, conseqüentemente, a metodologia de ensino da leitura na sala de aula. Este modelo *propõe-nos uma concepção interativa de leitura* (p.127). Tem-se, então, um aluno-leitor que constrói os sentidos do texto, a partir dos seus objetivos e do seu repertório de experiências prévias, e um professor-mediador que propicia as situações de interação texto-leitor.

O livro “Compreensão da leitura: a língua como procedimento”, de Ana Teberosky e outros, enfrenta o desafio de reunir e sistematizar reflexões sobre a leitura ajustadas à concepção construtivista de ensino e aprendizagem. O próprio título já nos deixa pistas de como a língua e a leitura serão tratadas ao longo da obra: não como um produto pronto e fechado, mas como um processo, construído permanentemente através da interação entre sujeitos. Trata-se de uma obra composta de onze artigos que visam *proporcionar argumentos e experiências que orientem e/ou justifiquem determinadas propostas didáticas em torno da língua escrita e, mais concretamente, da compreensão da leitura* (p.14). Já na introdução, que é assinada por Francesc López Rodriguez, deixa-se explícita a enorme complexidade em torno da questão leitura, uma vez que as opiniões do que seja entender um texto variam muito.

A coletânea foi produzida e editada na Espanha. Os autores são professores e pesquisadores conceituados e dedicados à causa da educação, como Isabel Solé e Ana Teberosky, que há tempo vêm exercendo influência sob as pesquisas e as práticas pedagógicas brasileiras. Suas idéias contribuíram, inclusive, para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

No primeiro artigo, intitulado “Ler, leitura e compreen-

são: sempre falamos da mesma coisa?”, a autora, Isabel Solé, recua no tempo para demonstrar as origens de nossas concepções atuais sobre a compreensão da leitura e discute o porquê das dificuldades de superação de certas posturas perniciosas ao ensino e aprendizagem da leitura. Solé manifesta-se a favor de um modelo interativo, que faz o leitor assumir uma postura mais ativa e autônoma diante do texto e, conseqüentemente, dirigir e controlar a sua própria aprendizagem.

“Estratégias de leitura e compreensão do texto no ensino fundamental e médio” é o título do segundo texto da coletânea e quem o assina é Carles Oller e Joan Serra. Os autores iniciam o texto definindo estratégias de leitura como *um conjunto de microprocessos que ajudam na compreensão significativa da nossa leitura* (p.35). Por isso, a importância de trabalhá-las na escola, de forma constante e permanente. Ao citar e descrever as principais estratégias que ocorrem antes, durante e depois da leitura, Serra e Oller buscam propiciar ao professor e aluno condições de *estabelecer o que ensinar e o que aprender em função das exigências tanto do texto como da atividade relacionada a esse texto* (p.37). Os autores ressaltam, ainda, que o ensino de estratégias precisa ser realizado em um contexto (de conflitos, de necessidades, de dúvidas) significativo para os alunos e deve estar em consonância com os objetivos que guiam a leitura do texto. O artigo não fornece explicações detalhadas, mas apenas um esboço das principais estratégias de leitura. Aqueles que necessitarem de maior aprofundamento deverão consultar outras referências, como “Estratégias de leitura” de Isabel Solé (Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998), obra já bastante conhecida no Brasil e que possibilita uma compreensão mais sólida do assunto.

O texto de José Quintanal é *uma proposta de ação*

RESENHAS

concreta (p.46) para o ensino da leitura e tem como título “Tratamento complementar da leitura na sala de aula. Consideração que deve receber em outras áreas que não a de língua”. O autor expõe sobre a necessária co-responsabilidade que deve existir entre toda a comunidade escolar, visto que *a leitura é um dos pilares nos quais se apóiam todas as demais aprendizagens escolares* (p.46). Neste capítulo, ainda, são expostas estratégias didáticas que podem ser desenvolvidas em sala de aula no decorrer de quatro tipos de leitura: de pesquisa, para aprendizagem, espontânea e resolutiva. Este artigo contribui para superarmos uma idéia bastante difundida no Brasil e prejudicial ao ensino da leitura: a de que apenas os professores de língua portuguesa são professores de leitura. Enquanto a leitura não for tratada como um projeto coletivo da escola, encontraremos muitos motivos para lamentarmos o fracasso dos alunos (ou o nosso fracasso).

Em sua contribuição ao livro, Ana Teberosky objetiva demonstrar a influência das pesquisas psicolinguísticas nas práticas pedagógicas. Para isso, a autora apresenta exemplos de atividades didáticas, desenvolvidas em sala de aula por professores de educação infantil, que procuram explorar o caráter funcional e ficcional da escrita e a diversidade de gêneros textuais que circulam socialmente. A leitura de mapas, cópia de cartazes e letreiros, o contato com obras literárias de qualidade, as atividades de ditado (das crianças ao adulto e das crianças entre si) têm, na visão de Teberosky, *não apenas uma justificativa psicológica e psicolinguística, mas também uma realização possível na sala de aula* (p.66). As sugestões levantadas são úteis e realizáveis, mas não são inovadoras no cenário brasileiro. Várias experiências semelhantes são constantemente desenvolvidas e divulgadas pelos nossos professores, felizmente.

Quem assina o texto seguinte é, mais uma vez, Isabel Solé. A autora traça reflexões a respeito de determinadas idéias – “a criança tem de amadurecer para ler”; “para começar a ler, a criança precisa dominar alguns pré-requisitos como lateralidade, seriação” – que repercutem no ensino da leitura durante a educação infantil e são motivos para retardar, de maneira injustificada, o contato das crianças com os textos. Discordando destes “mitos”, Solé expõe que a leitura na educação infantil proporciona à criança *experiências divertidas e gratificantes* (p.70). Além do mais, ao ler, a criança se mobiliza ativamente para dar um significado à mensagem e, fazendo-o, sente-se mais competente e constrói uma imagem mais positiva de si própria. Nesse processo, a intervenção do professor é fundamental. É ele, adulto mais experiente, que *deve assegurar a interação significativa e funcional da criança com a língua escrita* (p.72), através de estratégias diversas que aos poucos lhe ampliarão a competência leitora.

O capítulo seis é de autoria de Josette Jolibert. A autora apresenta suas idéias a partir de um trabalho de pesquisa realizado nos arredores de Paris. Trata-se de uma *proposta didática integrada, globalizante* (p.77) que compreende o aprender a ler e a produzir textos na escola. Inicialmente, Jolibert reflete sobre algumas hipóteses que fundamentam sua pesquisa. Para ela, *aprender a ler é aprender a questionar textos completos, desde o princípio* (p.78). E questionar um texto é *construir ativamente um significado, em função de suas necessidades e seus projetos, a partir de diferentes princípios, de natureza distinta, e de estratégias pertinentes para articulá-los* (p.78). A autora discute a necessidade de o professor desenvolver estratégias didáticas em que o aluno possa detectar e relacionar sete níveis de competências para ler e produzir textos: o contexto situacional e textual; os

RESENHAS

parâmetros da situação de produção (quem produz, a que se destina, por que produz); tipo de texto; superestrutura textual; o funcionamento lingüístico no conjunto do texto; no nível das frases; no nível das palavras. A descrição destes níveis mostra a preocupação do autor não apenas com os aspectos lingüísticos e textuais, mas também com os aspectos pragmáticos. Entretanto, faltou explorar aspectos como a ideologia e as estratégias de manipulação presentes em qualquer texto, ou seja, buscar um nível mais profundo: a leitura crítica. Ezequiel Theodoro da Silva, em seu livro “Críticidade e leitura: ensaios” (Campinas: Mercado das Letras/ ALB, 1998), adverte sobre a necessidade de um ensino de leitura voltado para a criticidade, pois *pela leitura crítica o sujeito abala o mundo das certezas (principalmente as da classe dominante), elabora e dinamiza conflitos, organiza sínteses, enfim combate assiduamente qualquer tipo de conformismo, qualquer tipo de escravização às idéias do texto* (p.26).

Como fazer para que os alunos leiam com propósitos e de maneiras distintos? É a esta pergunta que Liliana Tolchinsky e Mabel Pipkin buscam responder no artigo *Seis leitores em busca de um texto*. As autoras apresentam uma experiência desenvolvida em salas de 5ª e 7ª séries, através da qual buscaram demonstrar como o aluno pode assumir diferentes papéis durante a leitura e desenvolver quatro estratégias fundamentais: de resumo, de esclarecimento, de questionamento pessoal e de previsão. Para a atividade, *formaram-se cinco grupos em cada sala de aula; todos, exceto um, eram de seis alunos (...) uma de nós coordenou um dos grupos e outros quatro professores, os outros grupos* (p.100). Esta informação evidencia a difícil aplicabilidade da experiência em nossa realidade. Exige turmas pequenas ou mais de um professor para atender os alunos, o que, no Brasil, é quase impossível.

O artigo “Cantos para aprender a ler” é assinado por Rosa Gil e Maria Soliva. As autoras tratam da experiência didática de dois cantos de leitura (a biblioteca e a oficina) em salas de séries iniciais, numa escola pública de Barcelona. Trata-se de um texto superficial, pois pouco explora a respeito da diversidade de textos, propósitos e modos de ler – objetivos propostos inicialmente. A preocupação maior é com os espaços físicos em que se darão as leituras, o que parece insuficiente para desenvolver a competência leitora dos alunos.

Sob o título “Avaliação da compreensão da leitura. Proposta de um roteiro de observação”, M. Teresa Bofarull defende *a avaliação centrada no processo e não no resultado* (p.129). Recomenda que seja realizada de três modos: avaliação inicial (O que o aluno já sabe?); avaliação formativa (De que estratégias o aluno faz uso? Que intervenções o professor precisa realizar?) e avaliação cumulativa (O que o aluno aprendeu?). A autora propõe um guia de observação da compreensão da leitura em que serão analisadas as estratégias que o aluno utiliza antes, durante e após a leitura. A proposta permite avaliar não exclusivamente o aluno, mas avaliar o processo de ensino-aprendizagem e serve como instrumento para o professor (re)definir as suas estratégias de ensino, caso seja necessário.

O texto seguinte é um dos mais importantes do livro, visto que aborda um assunto que ainda carece de pesquisas: o papel das inferências na compreensão do texto. Os autores, Eduardo Vidal Abarca e Gabriel Martinez Rico, defendem que as causas da dificuldade de compreensão não devem ser atribuídas ao leitor ou ao texto em separado, *mas na inadequação entre o texto e o leitor e, mais concretamente, no processo no qual se conjugam ambos os elementos, isto é, as inferências* (p.139). Os autores citam dois tipos de inferências:

RESENHAS

inferências de conexão textual e inferências extratextuais. Expõem, ainda, três medidas que o professor pode tomar para favorecer as inferências dos alunos: a formulação de perguntas, a ativação dos conhecimentos e as auto-explicações.

Encerrando a coletânea, Manuel Cerezo apresenta um projeto didático que objetiva, primordialmente, estimular no aluno a análise e o posicionamento crítico diante da mensagem publicitária. Oferece um modelo de roteiro para a observação dos textos, o qual privilegia quatro aspectos: semióticos, textuais, pragmáticos e a leitura crítica. São apresentadas, também, sugestões para a criação de textos publicitários em sala de aula. Minha crítica a este artigo é com relação ao roteiro. Acredito que esta atitude limita a autonomia do aluno, tornando-o um mero executor de atividades e não um construtor ativo do próprio conhecimento, como prega a concepção construtivista. O autor poderia valer-se da proposta de Jolibert, no capítulo seis, a qual também propõe um guia, mas este serve como uma ferramenta para o professor desenvolver estratégias didáticas que visem ampliar as competências dos alunos e avaliar os seus êxitos.

Não há como negar as notáveis contribuições trazidas pelos artigos de Bofarull, de Abarca e Rico, de Quintanal e de Solé. Os autores apresentam, de forma sintética e acessível aos professores, uma exposição do modelo construtivista na prática em sala de aula e permitem que se renove a maneira de pensar a leitura e os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (professor e aluno). Também, deixam claro a necessidade de se superar certos preconceitos com relação ao potencial dos alunos para conduzir a leitura. Não se trata de um receituário, mas de experiências que instigam à reflexão e ajudam o professor a planejar as aulas. Acredito que planejar adequadamente as atividades de leitura é funda-

mental para adequar as estratégias a serem desenvolvidas com os textos abordados.

Os demais artigos deixam a desejar, ou por não trazerem inovações, ou pela falta de uma fundamentação teórica consistente, ou pelo caráter simplista com que tratam o processo da leitura. Ainda, parece que falta a alguns autores clareza de que uma transformação significativa em torno do processo de ensino e aprendizagem da leitura, mais do que a presença de receitas e roteiros pré-estabelecidos, requer uma mudança de concepção acerca da leitura e a adoção, por parte de professor, de uma postura de pesquisador, entendido, aqui, como aquele que é capaz de refletir permanentemente sobre sua própria prática e de construir suas próprias metodologias de ensino.

Recebido: Julho de 2004.

Aceito: Agosto de 2004.

Endereço para correspondência:

Cristiane Malinoski Pianaro Ângelo
Mestrado em Linguística Aplicada
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Av. Colombo, 5790
87020-900 - Maringá - Paraná
malinoskicristiane@irati.com.br

RESENHAS

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 184 p.

Resenhado por Renata Silveira da SILVA (Universidade Católica de Pelotas)

O livro *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*, de Solange Mittmann, apresenta um enfoque inovador ao processo de tradução, sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa. A autora define seu objeto de reflexão substituindo o termo “tradução” por “processo tradutório”, compreendido como processo de relação de sentidos e de produção de discurso. Em seguida, propõe uma revisão teórica para a explicação do que considera processo tradutório, tomando como objeto de análise o discurso do tradutor durante esse processo e como unidade de análise as notas do tradutor.

É notável o caráter inovador da pesquisa, que não toma como unidade de análise um texto traduzido, comparando-o com o original ou com outras traduções, como geralmente é feito. Mittmann argumenta que as notas de rodapé (N.T.) são mais interessantes por serem o lugar em que o tradutor dialoga com o leitor e com o autor, apresenta suas dúvidas, o caminho que percorreu e sua visão a respeito do assunto que traduz.

Como base para sua análise, Mittmann apresenta uma revisão sobre duas concepções fundamentais de tradução apresentadas no primeiro capítulo, intitulado *Resgatando os pontos de vista sobre a tradução*. A primeira concepção, designada tradicional, considera a tradução como transporte de sentidos e o tradutor como instrumento desse transporte. Tal concepção baseia-se na possibilidade de descobrir/decodificar o pensamento do autor e recodificá-lo em outra língua. Teóricos

dessa linha omitem ou condenam a interferência do tradutor. A segunda concepção é denominada de perspectiva contestadora, por promover uma ruptura com a corrente tradicional. Conforme essa posição, a tradução só se realiza a partir da interpretação do tradutor, o qual torna-se produtor de um novo texto. O sentido, por sua vez, não está contido no texto original pronto para ser transportado para outra língua, mas é resultado de uma imagem construída pelo tradutor e, portanto, de uma interpretação consoante fatores externos, como visão de mundo, ideologia, padrões estéticos, ou outros.

O título *Construindo uma proposta de reflexão sobre o processo tradutório* introduz o segundo capítulo do livro, no qual a autora apresenta o quadro epistemológico da Análise do Discurso, iniciada por Michel Pêcheux. As considerações revelam informações imprescindíveis para a compreensão da AD como uma disciplina oriunda da articulação entre três regiões do conhecimento: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Com os subtítulos *Discurso e outras noções* e *Sujeito e Sentido*, são apresentadas as noções teóricas da AD necessárias para o desenvolvimento da tese central do trabalho. Através do percurso da AD, a autora redefine algumas noções teóricas sobre tradução e encerra esse capítulo evidenciando a existência da ilusão de que o tradutor é responsável pelas escolhas que realiza. Constatamos também a ilusão de que o tradutor simplesmente reproduz o que o autor do texto original “quis dizer”, recuperando sentidos universais, evidentes. Mittmann considera o processo tradutório como um processo de relação de sentidos e de produção de discurs-

RESENHAS

tos que envolve o autor, o tradutor, os leitores e as condições de produção. Sendo assim, não se trata de analisar o ato individual de um tradutor, como tem sido feito, mas abordar a tradução como um processo complexo que não começa nem termina no tradutor. Dessa forma, fica evidente o surgimento de uma novo olhar a respeito da tradução, com a apresentação de uma concepção discursiva sobre o processo tradutório.

No terceiro capítulo, designado *Organizando um estudo sobre as notas do tradutor*, Mittmann relembra que as determinações históricas são constitutivas do discurso e estão materializadas no próprio texto, explicitando que partirá do texto, neste caso as notas de rodapé, para desvendar o funcionamento do discurso do tradutor e refletir sobre o processo de produção de sentido e da subjetividade presente nas notas. Nessa parte são contemplados também orientações metodológicas e procedimentos de análise da pesquisa que está sendo apresentada, com observações sobre a seleção do corpus para análise, o qual é caracterizado pela diversidade, por ser proveniente de diversas obras traduzidas por diferentes autores. Em seguida, é realizada uma breve apresentação de diferentes perspectivas a respeito das notas de tradução, revelando que alguns tradutores as compreendem como recurso para resolver problemas de tradução que não foram resolvidos no texto traduzido, enquanto que outros consideram tais notas como lugar privilegiado para análise do papel ativo e determinante do tradutor. Mittmann desenvolve seu estudo contemplando o que se diz sobre as notas de rodapé em Análise do Discurso para posteriormente propor o que dizer sobre as notas do tradutor, consoante sua perspectiva discursiva.

No quarto capítulo do livro, *Seguindo a trilha do discurso*, são feitos três *recortes*, compreendidos como o conjunto formado pelas N.T., acompanhadas dos respectivos tre-

chos do texto traduzido, formando seqüências textuais, além de fragmentos do *cotexto*. Este define-se como “o conjunto de enunciados que determinam a visualização mais ampla do tema estudado” (Guilhaumou e Maldidier, 1994, p.168). Mittmann explica que tais fragmentos permitem complementar a análise de uma nota principal. Sendo assim, podem ser recortados fragmentos de outras N.T. ou depoimentos do mesmo tradutor e outros textos sobre o mesmo tema. Cada recorte apresenta um tipo de operação discursiva. No primeiro, estão aquelas notas que demonstram o distanciamento entre o discurso do tradutor e o discurso do autor; no segundo, aquelas em que o tradutor recorre a outros discursos para dar sustentação ao seu discurso; no terceiro, aquelas que em que o tradutor manifesta a falta de palavras, a multiplicidade de sentidos e suas incertezas durante o processo tradutório.

Na quinta parte, denominada *Encerrando a análise: o controle e o não controle do discurso*, são apresentadas algumas conclusões acerca das análises feitas no capítulo anterior. Mittmann evidencia que o processo tradutório constitui-se de possibilidades, ou seja, da possibilidade de que o sentido seja sempre outro, de que outras vozes possam intervir, de que outros discursos possam ser produzidos. Dessa forma, procura desvendar através das notas do tradutor a tentativa de controle desta multiplicidade, ao mesmo tempo que constata a busca de aceitação da impossibilidade desse controle, aspectos reveladores da dualidade característica do processo tradutório, constituído pela heterogeneidade de vozes e pela multiplicidade de sentidos.

É preciso salientar que o mérito deste livro consiste na clareza evidenciada tanto na linguagem, como na vinculação dos tópicos desenvolvidos, os quais são apresentados de forma didática. Sem abrir mão da densidade teórica, a autora faz

RESENHAS

uma revisão simples e precisa das principais noções apresentadas por teóricos da tradução e pela Análise do Discurso. Esta é uma obra que permite ao leitor desvendar a riqueza do corpus em análise, acompanhando o percurso realizado por Solange Mittmann. Trata-se de uma leitura altamente recomendável, não apenas por revelar uma abordagem inovadora a respeito da tradução, mas por suscitar no leitor a curiosidade e a vontade de também desvendar outros discursos, sob a perspectiva particular da Análise do Discurso.

Recebido: Julho de 2004.

Aceito: Agosto de 2004.

Endereço para correspondência:

Renata Silveira da Silva
Rua Ilha da Feitoria, 101
Parque Marinha
96215-200 – Rio Grande, RS
E-mail: renatinha_ss@bol.com.br

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha.

Resenhado por Tatiana PICCARDI (Universidade São Francisco)

A discussão sobre a convergência de duas teorias lingüísticas até pouco tempo consideradas incomunicáveis – a análise do discurso de origem francesa (AD) e a pragmática de origem européia – é atualíssima e relevante de qualquer perspectiva da qual a observemos. Atualíssima porque tem sido motivo de debates em diferentes grupos de pesquisa que trabalham nessas áreas - ou em suas várias confluências - em universidades brasileiras importantes (nos restringiremos às discussões nacionais). Grupos de estudos pós-graduados a respeito têm se formado na Universidade de São Paulo e na PUC-SP¹, para citar apenas dois exemplos. É relevante porque, na medida em que as pesquisas lingüísticas de caráter discursivo avançam e as aproximações conceituais se evidenciam, mais se torna necessário rever tais conceitos a fim de se definirem e redefinirem os limites de abrangência – sempre instáveis - de uma e outra teoria. Marcar um espaço teórico e ao mesmo tempo evitar o estrangulamento por falta de revisão de conceitos-chave é o desafio que a análise do discurso de origem francesa enfrenta hoje. Ao mesmo tempo, é desafio da pragmática de origem européia ampliar o foco e consolidar em seus estudos os aspectos sociais que se mesclam aos atos de fala, deixando de observar estes últimos dentro dos estreitos limites da situação de comunicação em si.

Possenti (2002), no artigo intitulado “Pragmática na análise do discurso”, coloca diretamente a questão:

Ao falar de texto ou de discurso, os analistas do discurso tematizam o interdiscurso, a polifonia, o processo histórico de

¹ O grupo de estudos pós-graduados conduzido pela Profa. Dra. Helena H. Nagamine Brandão na Faculdade de Letras da USP (São Paulo) e o grupo Atelier, conduzido pela Profa. Dra. Cecília P. de Souza-e-Silva na Faculdade de Letras da PUC-SP.

RESENHAS

produção; os pragmaticistas tematizam a coesão, a coerência, o processo interpessoal de produção e compreensão. Categorias relevantes para os analistas do discurso são o pré-construído, a memória discursiva; para os pragmaticistas, a memória de curto ou longo prazo, o conhecimento partilhado... A pergunta que me faço é se cada um dos programas pode, sem perdas relevantes, dispensar-se de considerar as propriedades do discurso que o outro campo considera constitutivas.²

O que Maningueneau faz em seu *Análise de Textos de Comunicação*, como analista do discurso, é aceitar o desafio de, através da definição e exemplificação de conceitos que transitam com menor ou maior grau de validação nos dois campos, buscar seus pontos de encontro e cruzamento, na tentativa de construir um eixo condutor que propicie a ampliação da abrangência teórica da AD.

É importante frisar que o livro não explicita tal objetivo. De fato, o objetivo explicitado no prefácio e no prefácio à edição brasileira é o de oferecer um instrumental mínimo a todos os que precisam melhor compreender o funcionamento de textos dos gêneros publicitário e de imprensa. Não se trata de obra dirigida a especialistas em estudos literários e/ou lingüísticos na universidade. Trata-se de obra a ser utilizada também por professores e alunos das áreas de comunicação, marketing, jornalismo. Como afirma Maingueneau no prefácio à edição brasileira, esta escolha implicou a opção por uma teorização mínima, o que não significa que não haja uma postura teórica de base. Claro está que, tendo objetivos didáticos e pressupondo um público amplo, o livro não problematiza distinções conceituais, mas procura apagar as diferenças que

¹ POSSENTI, S. – *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.

puddessem prejudicar o didatismo da obra, imprimindo-lhe unidade.

No prefácio à edição brasileira, Maingueneau afirma que seu livro diz respeito à análise do discurso, mas é a atividade enunciativa que será priorizada. Isto quer dizer que não se trata de análise discursiva de textos de comunicação voltada à crítica midiática, ou a reflexões de caráter ideológico; nem tampouco de mera análise conteudista ou de avaliação das estratégias retóricas; e menos ainda de análise visando à oferta de receitas de construção de textos. O autor procurará descrever o funcionamento dos textos dos gêneros selecionados, enquanto produtos de uma atividade enunciativa, com o apoio de certos conceitos norteados pelo conceito central e amplo de *discurso*. O eixo condutor entre as teorias é justamente a compreensão de discurso em sentido amplo. É esta concepção que autoriza o autor a transitar com maior liberdade entre teorias, apagando os antagonismos. Diz Maingueneau nas páginas 11 e 12 (Prefácio):

Uma das características essenciais da pesquisa atual sobre a linguagem é a emergência de trabalhos que, em vez de reduzir a linguagem ao arbitrário de suas unidades e de suas regras, abordam o enunciado como *discurso*. Essa abertura das ciências da linguagem coincide com as preocupações de muitos pesquisadores de outros ramos das ciências humanas, desejosos de levar em consideração a dimensão languageira de seus objetos de estudo. Não se trata especificamente de uma disciplina, mas de um espaço instável de trocas entre disciplinas diversas, cada uma estudando o discurso sob uma ótica que lhe é própria: análise da conversação, teorias da argumentação, da comunicação, sociolinguística, etnolinguística, análise do discurso... (a lista não é exaustiva) compartilham, de forma muitas vezes conflituosa, esse campo de investigação aberto

RESENHAS

também a domínios conexos (sociologia, psicologia, história etc.).

Assim, nesta obra, Maingueneau amplia a própria concepção do que seja fazer análise do discurso, entendendo a AD como intrinsecamente interdiscursiva. Na Apresentação, escrita pelos professores tradutores, os autores apontam para o fato de, nos capítulos 1 a 4, Maingueneau ter adotado um viés pragmático para explicar os conceitos de enunciado e contexto, discurso e texto. Nos capítulos 5 a 8, fica explicitado que os conceitos-chave selecionados estão em conformidade com desenvolvimentos teóricos do próprio Maingueneau, que os inseriu no contexto da AD em trabalhos anteriores, o que não é necessariamente aceito por todos os analistas do discurso. Os conceitos expostos nos capítulos 9 a 18 são conceitos-suporte, como dito na Apresentação, oriundos de teorias distintas, mas redimensionados para efeito desta obra.

As dificuldades decorrentes desta tentativa de imprimir unidade são justificadas desta forma:

Não é nosso objetivo esboçar neste livro um panorama das problemáticas da análise do discurso, nem construir um modelo detalhado do que é a atividade discursiva. Indicamos apenas suas características principais e propomos um certo número de entradas para a análise de textos escritos, privilegiando os mais estudados: os jornalísticos e os publicitários. (Prefácio, p.12)

Ocorre que, ao escolher as características principais da atividade discursiva a serem relatadas e propor certas entradas para a análise dos textos, já se está esboçando a construção de uma nova proposta teórica, estando tal proposta visível para o leitor da obra ou não. Esta proposta, uma vez explicitada,

poderia ser definida como um caminho, talvez, para o desenvolvimento da AD em sua quarta fase. Assim é que se torna importantíssimo frisar a força desta empreitada e o que ela significa para o desenvolvimento da AD e uma aproximação mais produtiva entre AD e pragmática. O que se propõe a seguir deve ser interpretado como contribuição para que esta empreitada seja levada adiante.

Ajuste terminológico

O conceito fundamental e central que delimita até hoje os espaços teóricos da AD e da Pragmática é o conceito de sujeito. A primeira considera em seus estudos um sujeito de *discurso*, apreensível em suas contradições pela análise de sua produção discursiva. Trata-se de um sujeito histórico, clivado por diferentes vozes. Sua existência como ser empírico não é significativa, uma vez que é como sujeito de discurso que ele se constitui. A Pragmática, por sua vez, considera, sim, o sujeito empírico em seu corpo teórico, mas cada vez mais este sujeito empírico se define como ator social, que, portanto, age conforme papéis sociais definidos. Oriundos de perspectivas distintas, tais sujeitos se encontram na prática social, como sujeitos que enunciam (daí a perspectiva enunciativa de Maingueneau). Uma nova perspectiva de sujeito para a AD focaria o sujeito no corpo da sociedade, como sujeito que enuncia, mas que não o faz livre de coerções e contradições. Toda a terminologia teórica a ser utilizada deve contemplar esta dupla exigência.

Assim é que, na página 54 (capítulo 4: Discurso, enunciado e texto), por exemplo, quando Maingueneau afirma que uma das características que define o discurso é que ele é assumido pelo sujeito, caberia no texto que explica esta afirmação a necessária ressalva de que tal sujeito, que se coloca,

RESENHAS

segundo o autor, como “fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e ao mesmo tempo indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz”, faz tudo isso obedecendo a estratégias discursivas, delimitadas por coerções sociais que dirigem fortemente sua fala para uma certa direção argumentativa, e não outra. Esta postura relativiza a idéia do sujeito empírico homogêneo e livre, ao mesmo tempo em que não o exclui totalmente do corpo teórico da AD. Este sujeito mesclado se insere em uma AD renovada na medida em que, em princípio, pode exercer sua liberdade na construção da cenografia discursiva, sobre o que falaremos mais adiante.

Da mesma forma, na página 87 (capítulo 8: Ethos), em que o autor passa a definir o conceito-título, caberia ajustar a afirmação “toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto”. Da forma como está, a afirmação induz à associação com um sujeito empírico autônomo e homogêneo, embora saibamos que o autor não compartilha desta visão. “O sujeito situado para além do texto” poderia ser substituído por “sujeito da enunciação”, conceito que, contraposto ao conceito de “enunciador”, conferiria maior coerência teórica ao conceito central de sujeito que se pretende construir. O conceito de *ethos*, apropriado da retórica e explorado por Maingueneau em outros trabalhos, ganharia em consistência se fosse interpretado como estratégia de discurso de um sujeito da enunciação, que se apropria, enquanto produtor de uma cenografia discursiva, de estereótipos sociais que considera eficientes para a construção de uma direção argumentativa.

Os conceitos expostos nos capítulos 16 e 17 (respectivamente Tipos de designações e A coesão do texto – anáfora e catáfora), justamente por se tratarem de tópicos fortemente

associados à lingüística textual, mereceriam um tratamento terminológico ainda mais cuidadoso. No capítulo 16, a expressão “modos de apresentação do referente” poderia ser substituída por modos de *construção* do referente. Ao dizer, por exemplo, e bastante adequadamente, que cabe ao enunciador passar as instruções necessárias à identificação do referente (referendando a posição lingüístico-discursiva de que não é o enunciado em si que faz referência a algo), o autor poderia ter ampliado sua fala reforçando que o processo de referenciação é, na verdade, uma construção conjunta entre enunciador e co-enunciador. Esta posição reforçaria igualmente posição anterior, e de base: a de que o discurso implica necessariamente o interdiscurso. A voz do outro é constitutiva.

Outro ponto que chama a atenção no capítulo 16 é a afirmação que diz ser a descrição definida uma designação indireta, uma vez que sua compreensão passa pela apreensão de certas propriedades, enquanto o nome próprio designaria diretamente seu referente. Parece-nos que, de uma perspectiva discursiva mais adequada ao propósito implícito desta obra, tal distinção não poderia ser feita de modo tão pacífico, afinal o nome próprio também é objeto de discurso. É preciso analisar o nome próprio em suas ocorrências *no discurso* e não em um conjunto limitado de enunciados. Ampliar o corpus de ocorrência é necessário para a verificação das nuanças de uso do nome próprio e dos efeitos de sentido criados.

De modo geral, no capítulo 16, observa-se que houve pouca ênfase no que nos parece mais adequado considerar quando o assunto é referenciação: a apreensão desse processo depende simultaneamente de aspectos pragmáticos, enunciativos/discursivos e de organização textual, que formam o quadro global dentro do qual se constrói sentido.

Interessante observar ainda que Maingueneau conside-

RESENHAS

ra não anafóricas as descrições definidas que demandam fortemente o conhecimento de regras pragmáticas. Esta posição nos parece contraditória ao seu projeto teórico, pois tais descrições podem ser consideradas anafóricas se consideradas como marcas lingüísticas da interdiscursividade. Ao considerá-las não anafóricas, Maingueneau se aproxima da lingüística textual e se distancia da AD.

No capítulo 17, Maingueneau afirma que a endófora se caracteriza por assinalar uma relação essencialmente assimétrica, pois só um dos elementos dependeria do outro. No entanto, da perspectiva interdiscursiva implicitada, poderíamos dizer que o termo que retoma recria o termo retomado, construindo sentido e fazendo o texto progredir, o que relativiza a assimetria.

Outros exemplos ainda neste capítulo podem ser apontados: o uso pouco feliz das expressões “fiel” e “infiel” referindo-se à anáfora lexical, por exemplo. No primeiro caso, a anáfora retomaria o referente sem alteração de efeito de sentido, enquanto no segundo caso haveria alteração. A nosso ver, discursivamente, a anáfora implica necessariamente progressiva construção de sentido. Desta forma, a noção de fidelidade é relativizada, pois as retomadas nunca são neutras.

Finalmente, ainda no capítulo 17, quanto à relação entre anáfora e pressupostos do discurso, o autor afirma que a anáfora pode ser meio eficaz de manipular pressupostos, orientando o discurso. Talvez a mesma afirmação pudesse ser ampliada se disséssemos que a anáfora, em especial a descrição definida, pode manipular pressupostos, *mas também os constrói no discurso*.

*Organização textual a partir do conceito-chave
“cena de enunciação”*

A leitura atenta desta obra nos mostra que o conceito fundamental de cena de enunciação, proposto por Maingueneau anteriormente e no qual o autor se detém pouco aqui, pode constituir-se, juntamente com um conceito amplo de discurso, em eixo bastante consistente para a ampliação do potencial teórico da AD. Uma obra subsequente poderia abordar todo o conteúdo deste *Análise de textos de comunicação* a partir do conceito de cena de enunciação.

A tripla articulação dos conceitos de cena englobante, cena genérica e cenografia, que definem a cena de enunciação, pode consistir-se na matriz teórica que gerará, de modo consistente e redimensionado, todos os demais conceitos escolhidos e descritos neste *Análise*. Desta nova organização teórica, advirá, como consequência, uma nova organização textual do livro, que contemplará o adequado enlaçamento dos conceitos e ampliará o caráter didático do texto.

Todos os aspectos relativos ao interdiscurso podem ser analisados sob a perspectiva da cena englobante. Todos os aspectos relativos à textualização sob forma de gêneros discursivos podem ser discutidos à luz do conceito de cena genérica, assim como todos os aspectos ligados à organização textual (níveis macro e micro) podem ser abordados à luz do conceito de cenografia. O sujeito mesclado que emerge desta tripla articulação é coerente com o sujeito buscado nos diferentes movimentos de aproximação entre AD francesa e Pragmática européia e pode constituir-se no eixo de uma AD renovada. Este sujeito mesclado possui relativa autonomia discursiva no âmbito da cenografia, a qual pode criar. Esta autonomia tende a diminuir no âmbito da cena genérica e desaparecer no âmbito da cena englobante. Esta concepção

RESENHAS

permite conciliar coerções sociais e liberdade relativa do sujeito de discurso, evidentemente jamais de forma pacífica, sem polêmica.

A reorganização textual – com base na centralidade do conceito de cena de enunciação – aliada ao ajuste terminológico permitirão que a leitura desta obra ganhe em substância, evidenciando o seu caráter teórico inovador, consubstanciando-o como base concreta para as atualizações conceituais tão necessárias a uma AD em desenvolvimento.

Recebido: Julho de 2004.

Aceito: Agosto de 2004.

Endereço para correspondência:

Tatiana Piccardi
Universidade São Francisco
Av. São Francisco de Assis 218
12916-900 – Bragança Paulista, SP
piccardi@usp.br